



RESUMO DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

UMA PUBLICAÇÃO DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Como Transcender a Grave Crise na Costa do Marfim?

POR THIerno MOUCTAR BAH

- ◆ A Costa do Marfim terá de superar as suas divisões sociais profundas para alcançar a estabilidade.
- ◆ Acabar com a instrumentalização política das forças armadas exigirá que a reforma do sector da segurança vá para além dos padrões convencionais e a criação de uma força baseada no conceito de “Exército-Nação” (ou seja, as forças armadas ao serviço da nação).
- ◆ A paz, a segurança e o desenvolvimento da Costa do Marfim estão estreitamente ligados à situação dos países vizinhos, pelo que será necessária para vencer a crise uma estratégia sub-regional.

DESTAQUES

FRAGILIDADE PERSISTENTE

A tomada de posse de Alassane Ouattara como Presidente da Costa do Marfim, em Maio de 2011, concluiu uma transição de poderes tumultuosa que se prolongou por cinco meses. A resistência oposta pelo candidato à reeleição, Laurent Gbagbo, à entrega do poder após a sua derrota eleitoral provocou um conflito armado entre os militares apoiantes de Ouattara e as forças leais a Gbagbo que causou cerca de três mil mortes e o envolvimento das Forças de Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (ONUCI). Milhares de estupros, sequestros e o medo de represálias levaram mais de um milhão de pessoas a fugir da capital comercial do país, Abidjan.

Além disso, a crise da Costa do Marfim tem importantes implicações para África, pois se Laurent

Gbagbo tivesse conseguido manipular as eleições ter-se-ia confirmado uma tendência perigosa (casos semelhantes ocorreram no Quênia e no Zimbabué) num momento em que as eleições presidenciais em África se tornam mais frequentes e mais livres. Nenhum dos dirigentes que ocupam o mais alto cargo da nação aceitaria abandonar o poder e submeter-se à vontade do eleitorado.

No entanto, a resolução do traumático impasse pós-eleitoral na Costa do Marfim não significou o fim dos problemas do país. Para a Costa do Marfim alcançar a estabilidade precisa ainda de debelar uma crise mais profunda, em gestação há mais de uma década. As origens, consequências e implicações desta crise são diversas e resultam de uma mistura explosiva de rivalidades étnicas e religiosas, as quais se prendem com



a questão da propriedade das terras. Tais rivalidades conduziram desde 2002 a uma divisão *de facto* do país.

Trata-se essencialmente de uma crise de identidade nacional e importa, com efeito, perguntar o que significa ser costa-marfinense nesta nação de 22 milhões de habitantes. Há muito que a Costa

do Marfim acolhe imigrantes da África Ocidental que trabalham nas plantações de café e de cacau no sul do país, as quais geram exportações no valor de milhares de milhões de dólares num sector que no passado foi o motor económico da África Ocidental. Muitos destes cerca de oito milhões de imigrantes e seus descendentes vivem no país há décadas mas não são reconhecidos como cidadãos nem têm acesso à nacionalidade.

É esta a questão fundamental que a Costa do Marfim terá de resolver para sanar a presente atmosfera de polarização e caminhar para a unidade e a estabilidade. Sem uma solução cabal da questão da identidade

O Dr. Thierno Mouctar Bah, historiador militar, foi professor na Universidade de Yaoundé (Camarões) de 1976 a 2009. É autor de vários livros e artigos sobre as forças armadas, os conflitos e questões relativas à segurança e à paz em África.

nacional, serão inúteis todos os outros esforços para estabilizar o país.

Uma das consequências evidentes da fragmentação social é a cisão que existe no sector da segurança. As divisões entre o exército nacional e as antigas forças rebeldes do Norte (simpatizantes de Ouattara) foram-se agravando ao longo dos anos. É igualmente indispensável que as tropas recuperem o profissionalismo. Ao longo da crise eleitoral, os militares da Costa do Marfim partidaram-se ao apoiar o candidato derrotado Laurent Gbagbo.

Agora que foi empossado um novo presidente, cuja legitimidade foi validada, tanto a nível interno como externo, a Costa do Marfim precisa de apoio em todos os sectores para responder aos enormes desafios que enfrenta. Mas o que pode ser feito para reconstruir, reunificar e estabilizar o país, incluindo os 47 por cento que apoiaram Gbagbo?

Há muita coisa em jogo. A estabilidade da Costa do Marfim é vital para toda a África Ocidental, que actualmente se esforça por recuperar de guerras civis na Libéria e na Serra Leoa, bem como dos legados de golpes de estado em toda a sub-região. No plano económico, a destruição de infraestruturas causada pela violência pós-eleitoral, a par da estagnação económica registada na última década, exerceram um impacto profundo em toda a África Ocidental.

UM HISTORIAL DE TOLERÂNCIA

A crise na Costa do Marfim tem origem na sua geografia e na sua história. O país partilha fronteiras com cinco estados: Gana, Burkina Faso, Mali, Guiné e Libéria. O seu nome remonta à era dos primeiros contactos com os europeus. O país foi dominado pela França de 1883 a 1960 e, ao longo deste período, desenvolveu-se na rica zona costeira florestal do Sul uma economia baseada nas culturas do café e do cacau, a qual deu origem ao conceito de “Costa do Marfim funcional” e marginalizou o Norte do país.

Mantendo embora um sistema político de partido único, o Presidente Félix Houphouët-Boigny liderou durante 33 anos a Costa do Marfim com sensatez e prudência e conseguiu evitar os conflitos étnicos e golpes de estado que se abateram sobre os países vizinhos. Integrou eficazmente as diferentes regiões do país numa economia coesa, ao ponto de converter

a Costa do Marfim num exemplo de prosperidade e estabilidade. O volume da economia costa-marfinense duplicou entre 1960 e 1980.

O enriquecimento progressivo do país facilitou a melhoria das comunicações e a urbanização, transformando a Costa do Marfim num caldeirão multiétnico espelhado na cidade de Abidjan e os seus cinco milhões de habitantes. O país recebeu imigrantes de toda a sub-região, principalmente do Burkina Faso, que representam hoje cerca de 20 por cento da população. A maioria destes imigrantes tornou-se parte integrante do sector agrícola mas é marginalizada pelas populações locais, incluindo os proprietários de terras, que a consideram estrangeira, o que prejudica o seu estatuto social.

“trata-se de uma crise de identidade nacional e cabe perguntar o que significa ser costa-marfinense”

O legado mais importante deixado por Houphouët-Boigny é a sua mensagem de paz e harmonia social. A oferta de terras aos imigrantes em troca do seu trabalho nas plantações e a garantia de que todos os grupos étnicos seriam representados na esfera da governação geraram uma cultura de tolerância que prevaleceu ao longo dos anos em que esteve no poder. Houphouët-Boigny criou ainda uma Fundação para a Paz, tendo a UNESCO dado o seu nome a um prémio anual de paz.

Houphouët-Boigny, no entanto, não dotou o país das instituições necessárias para assegurar a estabilidade após a sua morte, em 1993. O seu partido político, como sempre acontece nos regimes de partido único, esclerosou-se. Assim, ao fim de um período de governação demasiado prolongado, a Costa do Marfim debateu-se com grandes dificuldades, decorrentes da indefinição do processo de sucessão, reflectidas em níveis crescentes de corrupção e numa contracção de 35 por cento do rendimento per capita entre 1979 e 1999.

A fragilidade institucional preparou o terreno para o golpe militar de Dezembro de 1999, liderado pelo General Robert Guéi. As eleições de 2000, destinadas a legitimar o governo de Guéi, ficaram desacreditadas quando dois dos principais candidatos, um dos quais Alassane Ouattara, foram afastados da contenda por

questões relacionadas com a nacionalidade dos seus progenitores. Mesmo assim, Guéi ficou em segundo lugar nas eleições, que declarou inválidas, proclamando-se vencedor. Os tumultos que se seguiram e os ataques ao palácio presidencial obrigaram-no a fugir.

Laurent Gbagbo, o único outro candidato de relevo cujo nome constava dos boletins de voto, obteve a maioria dos escrutínios e acabou por ser nomeado presidente. Outra tentativa de golpe, em 2002, conduziu a uma operação de segurança agressiva contra regiões com grandes populações de imigrantes, que provocou deslocamentos em massa. A polarização criada degenerou rapidamente em violência e numa divisão entre o Norte e o Sul do país, que obrigou à mobilização de uma força de manutenção de paz das Nações Unidas (ONU) para fiscalizar o cessar-fogo.

Embora Gbagbo tenha iniciado a sua carreira política como um reformista democrático, os dez anos que governou foram marcados pela repressão da oposição política, o fomento das divisões étnicas, o aproveitamento político de tensões religiosas e de cidadania, e episódios de violência. Apesar dos numerosos acordos de paz celebrados para unir o país, Gbagbo nunca abandonou a sua retórica virulenta contra os imigrantes. Invocando problemas logísticos e disputas relativas ao direito de voto dos cidadãos, o poder foi adiando continuamente as eleições previstas para 2005, último ano do mandato legal de Gbagbo. Os adiamentos permitiram a Gbagbo manter-se no poder por mais cinco anos e criaram o pano de fundo das eleições de 2010.

DIVISÕES ÉTNICAS E RELIGIOSAS

Tal como em muitos países da África Subsaariana ao longo da última década, as divisões étnicas, regionais e religiosas foram utilizadas por alguns políticos da Costa do Marfim para mobilizar uma forte base de apoio. São cinco os grupos étnicos dominantes: no Norte, os Sénoufo, os Malinké e os Mandé, a maioria dos quais muçulmanos e representando aproximadamente 40 por cento da população; no Sul, os Krous e os Akans, na sua maioria cristãos e representando cerca de 50 por cento da população. Os restantes 10 por cento da população são compostos por cerca de 50 outros grupos étnicos. A imigração em grande escala agravou fortemente as divisões existentes entre os grupos naturais do sul e os grupos do norte, não oriundos da região, sendo a nu-

merosa comunidade do Burkina Faso, com 4 milhões de pessoas, o alvo principal de hostilidade.

Tais divisões não são, em si mesmas, as causadoras da violência, já que não parece existir qualquer ódio atávico entre os diversos grupos étnicos e religiosos que compõem a população, mas antes certos factores subjacentes, como as disputas pela posse de terras nas áreas produtoras de cacau, que envenenam as relações entre municípios. Infelizmente, o consenso social forjado por Houphouët-Boigny desapareceu pouco depois da sua morte, quando alguns políticos mais ambiciosos começaram a alimentar tensões em torno da nacionalidade. Em finais dos anos 90 a conflitualidade generalizou-se e os recursos públicos começaram a ser cada vez mais orientados para os favores políticos em detrimento da resolução de problemas sociais cada vez mais graves, como o desemprego maciço.

“a mensagem de paz e harmonia social de Houphouët-Boigny é o seu legado mais importante”

Foi neste contexto que se afirmou a noção de “ivoirité,” distinguindo os “verdadeiros” costa-marfineses dos imigrantes não autóctones. A “ivoirité” foi invocada para excluir Alassane Ouattara, ex-primeiro ministro de Houphouët-Boigny, da corrida à sucessão do velho presidente, após a morte deste. Em termos gerais, a “ivoirité” criou um obstáculo às aspirações legítimas de cidadania entre as comunidades do norte e exacerbou as tensões intracomunitárias, criando o terreno desfavorável para as eleições de 2010.

A COMPONENTE MILITAR E AS SUAS IMPLICAÇÕES

O exército é um pilar institucional de qualquer nação; no entanto, Houphouët-Boigny não confiava na instituição militar, em particular desde o golpe que derrubou o Presidente Kwame Nkrumah no vizinho Gana, em 1966. Apesar de Houphouët-Boigny ter procurado manter intacto o equilíbrio existente no seio das forças armadas da Costa do Marfim, nunca se mostrou disposto a dotá-las de meios significativos. Favoreceu a *Gendarmerie*, criou uma guarda presidencial operando de forma autónoma e colocou o país ao abrigo do escudo de segurança da França, o que

produziu a constituição de um exército dispensado da obrigação de defender a constituição e as instituições do Estado. Na realidade, abriu-se o caminho ao papel preponderante e negativo que os militares viriam a ter na política costa-marfinense após a morte de Houphouët-Boigny, evidenciado pelo golpe militar de Dezembro de 1999 contra o sucessor deste, o Presidente Henri Bedié. Um movimento rebelde denominado Forças Novas conquistou em seguida o controlo de toda a região norte do país, com cinco comandantes de zona a assumirem o papel de autênticos procônules. Entretanto, o exército nacional nada fez para evidenciar uma postura verdadeiramente republicana, assumindo pelo contrário durante os anos 90 um carácter cada vez mais étnico, especialmente no âmbito da guarda presidencial, em detrimento dos valores do estado de direito e da coesão nacional.

“um exército dispensado da obrigação de defender a constituição”

O impasse de cinco meses que se seguiu às eleições de 2010 foi finalmente solucionado quando as Forças Novas derrotaram as tropas leais a Gbagbo, com o apoio da força de manutenção de paz da ONU, neutralizando as armas pesadas usadas contra a população. Estiveram envolvidas neste caos diversas forças, incluindo tropas regulares e forças paralelas, além de cerca de cinco mil mercenários liberianos. Movidos pelo desejo do lucro fácil, agindo muitas vezes sob a influência de drogas e temidos pela fama de possuírem poderes mágicos, estes mercenários cometeram crimes atrozes. Os *Dozons*, caçadores tradicionais do Norte, também estiveram implicados em vários massacres pós-eleitorais.

O COLAPSO DAS ESTRUTURAS ESTATAIS

Um dos ensinamentos capitais a retirar do sucedido na Costa do Marfim é o facto de o fracasso de um processo eleitoral acarretar quase sempre consequências desastrosas para a sociedade, ao agravar o risco de novos conflitos e golpes de estado. Foi precisamente isto que aconteceu após o malogro das eleições na Costa do Marfim em 2000, e de novo em 2010.

Constituindo as eleições o meio de legitimação do poder nas sociedades democráticas, é nestas oca-

siões que a independência das instituições do estado, como as comissões eleitorais e os tribunais constitucionais, se reveste da maior importância. A falta de independência destas instituições é uma das principais causas da violência política e da instabilidade.

Na Costa do Marfim, a instrumentalização política da Comissão Eleitoral Independente (CEI), por exemplo, ficou evidenciada pela indisponibilidade desta comissão em reagir à contestação dos cadernos eleitorais, distribuir o material eleitoral, recolher os votos de forma segura e anunciar atempadamente os resultados do acto eleitoral de 2010. O desmentido imediato pelo Conselho Constitucional da vitória de Ouattara, apesar de reconhecida pela CEI e confirmada pelo Conselho de Segurança da ONU, agravou a instabilidade que conduziu à violência em que o país mergulhou a seguir. A falta de independência destes órgãos eleitorais, que se tornaram cada vez menos fiáveis ao longo da década de governação de Gbagbo, que para eles nomeou apenas os seus seguidores, criou um ambiente em que as armas pesadas se tornaram o único método de resolver disputas relacionadas com as eleições.

UMA NOVA ESTRUTURA INSTITUCIONAL

Com efeito, a crise eleitoral na Costa do Marfim foi precedida de um longo período de declínio, causado por líderes políticos prepotentes, que governaram sem constrangimentos e puderam assim explorar livremente divisões étnicas e regionais. No futuro, será preciso para vencer esta vulnerabilidade criar instituições capazes de travar os dirigentes que pretendam agir de forma radical ou em violação da constituição. Em termos concretos, é necessária uma legislatura firme capaz de contrabalançar o peso tradicional do poder executivo. África deve pôr fim ao velho modelo do estado às ordens de um presidente-monarca.

Na Costa do Marfim o novo parlamento deve ser dotado de poderes que lhe permitam proclamar uma nova constituição, supervisionar a reforma do sector da segurança e aplicar medidas de descentralização que promovam o desenvolvimento equilibrado e a democracia participativa. Com efeito, um parlamento forte e independente contribuirá para renovar a liderança política do país, ao permitir que a terceira geração pós-independência dedique as suas competências e projectos ao progresso da sociedade. A renovação das

cúpulas também contribuirá para atenuar velhas animosidades e rivalidades políticas. A decisão do partido da oposição (composto principalmente de apoiantes de Gbagbo) de boicotar o parlamento prejudica no entanto as possibilidades de mitigar as divisões existentes.

O estabelecimento de uma CEI credível, competente e independente encontra-se estreitamente condicionado à criação de um parlamento eficaz, o qual é imprescindível para assegurar a todas as partes uma alternativa viável e meios legais que permitam concorrer ao exercício do poder. O elevado risco que cada acto eleitoral representa exige, por seu lado, a criação de estruturas independentes que funcionem tanto a montante como a jusante do processo eleitoral.

No caso de as estruturas internas serem demasiado frágeis ou dependentes do poder político para poderem desempenhar cabalmente este papel, deve ser considerada a possibilidade de envolver órgãos externos, como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e as Nações Unidas. Neste contexto, a verificação pelas Nações Unidas dos resultados das eleições presidenciais de 2010 na Costa do Marfim constituiu um precedente importante. Embora esta solução represente inconvenientes óbvios, é menos onerosa do que uma intervenção armada como a que se seguiu às eleições ou as consequências da violência que marcou os processos eleitorais na República Democrática do Congo e no Senegal, na sequência da crise costa-marfinense.

CRIAÇÃO DE UMA FORÇA DE SEGURANÇA UNIDA E REPUBLICANA

A reforma do sector da segurança é fundamental para a normalização na Costa do Marfim. Apesar de ter conquistado a vitória graças à capacidade das Forças Novas, Ouattara deve procurar meios de libertar-se da espiral militar e, tendo em conta que também contou com o apoio da UNOCI e das forças de manutenção de paz francesas, deve mostrar que não foi um candidato imposto pela antiga potência colonial. Nesta perspectiva, a criação de um exército unificado e republicano deve constituir uma prioridade da sua administração.

Ouattara deve procurar por todos os meios restabelecer o profissionalismo das forças armadas e dos outros órgãos de segurança e libertá-los ao mesmo tempo da instrumentalização política. Todos os presidentes que sucederam a Houphouët-Boigny alteraram

a composição étnica das forças armadas para favorecer o seu próprio grupo étnico.¹ Ao pôr fim a este ciclo destrutivo, Ouattara demonstraria de forma concreta o seu empenhamento na reunificação.

A eliminação das ameaças paramilitares, especialmente na região ocidental do país, também representa um dos desafios mais urgentes e exige uma resposta mais complexa do que a fórmula tradicional de desmobilização, desarmamento e reintegração. Uma formação enérgica mas, ainda assim, flexível, dotará as forças de segurança governamentais dos meios necessários para erradicar os grupos clandestinos armados, a maioria dos quais é geralmente composta de jovens caçadores tradicionais que patrulham as suas áreas de origem, embora também se registre a presença de milícias e mercenários estrangeiros. Os programas de reinserção social destinados a ex-combatentes e os contactos frequentes com os chefes tribais e líderes locais mais respeitados são outra das prioridades.

O sistema de quotas, que consiste em reunir elementos de exércitos rivais na reestruturação das forças armadas, está votado ao fracasso. Em vez disso, um recrutamento objectivo que inclua jovens que não tenham participado em conflitos anteriores e um processo de selecção baseado em competências intelectuais e profissionais, é a fórmula que o governo deve privilegiar na reconstrução das forças armadas da Costa do Marfim. A luta contra a cultura da impunidade também é essencial.

A reforma do sector da segurança deve ir além das receitas convencionais, sendo imperativo eliminar as sementes de discórdia na sociedade que contaminaram as forças armadas. Em última análise, são necessárias uma nova ética e uma nova visão da arquitectura de segurança, inspiradas no conceito de Exército-Nação como garante de relações harmoniosas entre civis e militares. Neste contexto, o Senegal é um modelo valioso. Além da sua missão defensiva, as forças armadas senegalesas desempenham um papel fundamental na resposta a catástrofes naturais e na solução de problemas ligados às infraestruturas do país. A reprodução destes princípios na Costa do Marfim contribuirá para sanar as relações entre civis e militares e recuperar a estabilidade sociopolítica.

PAZ E RECONCILIAÇÃO

Numa iniciativa destinada a promover a união e a pacificação, o Presidente Ouattara designou uma

Comissão de Diálogo, Verdade e Reconciliação, composta de onze membros, inspirada no modelo sul-africano. Embora a experiência da África do Sul seja inegavelmente útil neste caso, os costa-marfinenses terão sobretudo a ganhar de uma reflexão sobre a sua própria realidade, tradições culturais e antecedentes históricos.

A comissão deve aproveitar os mecanismos de resolução de conflitos e restabelecimento da paz utilizados nos reinos e comunidades tradicionais da Costa do Marfim. Ao adaptar diversas práticas tradicionalmente consagradas, incluindo a realização de debates e o emprego da chamada *parenté à plaisanterie*, ou seja a troca de gracejos entre amigos, processo de catarse que se destina a aliviar as tensões intracomunitárias, a comissão oferecerá aos decisores políticos e mediadores meios de neutralizar a retórica da conflitualidade e promover uma cultura de paz. Era nisto mesmo que Houphouët-Boigny acreditava.

Uma das prioridades essenciais de toda e qualquer estratégia de reconciliação deve consistir em rever o conceito de cidadania, de forma a torná-lo mais abrangente, e em banir o conceito de “ivoirité.” A Costa do Marfim é uma sociedade multiétnica que foi moldada em grande medida pela imigração, o que deve ser reconhecido nas leis que regem a nacionalidade. Uma abordagem de exclusão levará inevitavelmente a um fracasso em termos de reconciliação nacional, alimentando a instabilidade.

As mulheres vão desempenhar um papel fundamental no processo de reconciliação e de pacificação, em primeiro lugar simplesmente pelo seu número: as mulheres representam mais de metade da população do país; em segundo lugar, em virtude do seu comportamento naturalmente pacífico. Em toda esta crise não se registou um único caso de uma mulher que tivesse pegado em armas. Em contrapartida, as mulheres foram violadas, perseguidas e mortas em grande número, por ambas as partes envolvidas no conflito.

O papel da mulher nas redes familiares pluriétnicas também constitui uma clara vantagem em termos da recomposição do tecido social. Os exemplos de casamentos interétnicos entre a elite política são numerosos e pertinentes. Guillaume Soro, primeiro-ministro nos governos de Gbagbo e de Ouattara, é um Sénoufo do Norte casado com uma Bété do Sudoeste. O próprio Gbagbo, para alargar a sua esfera de influência, tomou como segunda esposa uma Dioula natural do Norte.

Mais significativo é o caso de Henriette Diabaté, uma Agni do Sudoeste, cujo marido, natural do Norte, foi Ministro de Estado de Houphouët-Boigny. Historiadora de renome, Diabaté recebeu o título de Grã-Chanceler da Ordem Nacional, o que representou um forte estímulo para as mulheres da Costa do Marfim. Tais alianças matrimoniais, que ultrapassam divisões étnicas, são comuns na Costa do Marfim e não apenas entre a elite. Os filhos nascidos destas uniões não podem ser classificados em categorias étnicas e regionais rígidas.

Para a paz e a democracia criarem raízes é necessária uma estratégia dinâmica que incida nos jovens. A Costa do Marfim possui uma vantagem neste contexto, na medida em que conseguiu manter uma longa tradição de tolerância sob a governação de Houphouët-Boigny. É necessário educar os jovens para a integração harmoniosa de todas as comunidades do país na vida nacional. É algo especialmente importante, pois 43 por cento da população tem menos de 15 anos de idade. A juventude foi aliás utilizada como um trunfo pelo regime de Gbagbo, que buscou activamente o apoio dos jovens “destribilizados” dos meios urbanos, propensos à violência e manipuláveis pelo poder político.

Tais problemas não são porém irreversíveis. Uma classe de jovens educados e responsáveis será capaz de encontrar o seu lugar na arena política e oferecer contribuições sólidas para a reconstrução do país, particularmente se tiver acesso a oportunidades educacionais e laborais. No entanto, também é preciso que esses jovens possam depositar esperanças num futuro melhor e que sejam apoiados e encorajados a criar redes sociais que cultivem um espírito de civismo e tolerância.

UMA ESTRATÉGIA SUB-REGIONAL DE SEGURANÇA

A Costa do Marfim possui fronteiras com cinco países, o que não lhe permite conceber uma estratégia de segurança nacional sem levar em conta o contexto sub-regional.

Veja-se o exemplo da União do Rio Mano, criada em 1973 entre a Libéria, Serra Leoa e Guiné, e à qual a Costa do Marfim aderiu em 2008. Esta União tem atravessado crises graves e é vista como o “centro de vulnerabilidade” da África Ocidental, após registar duas guerras civis na Serra Leoa (1991–2002), uma trágica guerra civil na Libéria (1990–2003), uma crise

político-militar na Costa do Marfim (1999–2011) e violentos tumultos sociais, episódios de repressão militar e uma actividade criminosa permanente na Guiné.

Com efeito, a União do Rio Mano é uma zona problemática onde as crianças soldado de outrora, agora chegadas à idade adulta, se juntam em grupos mercenários para prosseguir a sua actividade criminosa transfronteiriça, ameaçando a estabilidade da sub-região. São necessários uma estratégia concertada, reforçada por uma vontade política reafirmada, e meios conjuntos, para desmilitarizar o “triângulo infernal” da área fronteiriça entre a Libéria, a Guiné e a Costa do Marfim, e coordenar o desenvolvimento transfronteiriço entre os países da União do Rio Mano para neutralizar os mercenários, implementar a reforma do sector da segurança e pacificar esta sub-região muito rica em recursos.

O eixo Ouagadougou-Abidjan é outro polo estratégico de estabilidade, em virtude de profundos vínculos geográficos e históricos, e da dimensão da diáspora Burkinabé na Costa do Marfim. As autoridades dos dois países têm, por isso, o dever de cultivar relações harmoniosas. Ouagadougou deve trabalhar em concertação com Abidjan para controlar os fluxos migratórios para a Costa do Marfim, melhorar a segurança fronteiriça e iniciar programas de desenvolvimento económico e social nas zonas fronteiriças remotas.

Na Costa do Marfim a pacificação não poderá solidificar-se sem uma cooperação estreita e leal do seu vizinho a leste, o Gana. Na realidade, os dois países partilham uma fronteira que dividiu arbitrariamente a grande comunidade Akan, constituída pelos membros de um dos mais prestigiados reinos em África no passado, o Ashanti. O Gana tem recebido um grande número de refugiados costa-marfinenses. É por este motivo muito importante que as novas autoridades de

Abidjan trabalhem activamente com Acra para permitir o regresso destes refugiados, essenciais para a reconstrução do país. O Presidente Ouattara fez um apelo neste sentido, em Outubro de 2011, quando assinou o acordo tripartido com o Gana e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, destinado a facilitarem em conjunto o regresso dos refugiados à Costa do Marfim. Acresce que o Gana, um vizinho pacífico que encetou o caminho do desenvolvimento económico sustentado e da democratização, pode fornecer a Abidjan aconselhamento e ensinamentos úteis para a recuperação da Costa do Marfim.

Em suma, a paz, a segurança e o desenvolvimento na Costa do Marfim são inseparáveis das dos países vizinhos.

CONCLUSÃO

O mais importante é apaziguar os ânimos, de modo a restaurar a confiança nas instituições da Costa do Marfim, e unir comunidades rivais em torno de um projecto colectivo de desenvolvimento partilhado. Graças às suas enormes riquezas naturais e à reconhecida competência dos seus recursos humanos, a Costa do Marfim, sob uma liderança responsável e estimulante, tem capacidade de enfrentar o desafio e recuperar o seu papel de motor do desenvolvimento na África Ocidental. A tarefa, no entanto, é árdua e exigirá paciência e abnegação. É preciso que os líderes governamentais evitem todo e qualquer sinal de triunfalismo e mostrem o seu empenhamento em superar os obstáculos inevitáveis.

NOTA

¹ Ragnhild Nordås, “Identity Polarization and Conflict: State Building in Côte d’Ivoire and Ghana,” estudo preparado para a 49ª Convenção da Associação de Estudos Internacionais, San Francisco, CA, 26 a 29 de Março de 2008.

CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE ÁFRICA

Director: Embaixador (reformado)
William M. Bellamy
National Defense University
300 Fifth Avenue, Building 21
Fort McNair
Washington, DC 20319-5066
Telephone: + 1 202 685-7300
Website: www.africacenter.org

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM DAKAR

Vice-Gerente Regional:
Claude Toze
Telephone: 221 33 869 61 60
Email: TozeC@ndu.edu

ESCRITÓRIO REGIONAL DO CENTRO DE ÁFRICA EM ADIS ABEBA

Gerente Regional:
Brad Anderson
Telephone: 251 11 517 4000
Email: AndersonBG@state.gov

RESUMOS DE SEGURANÇA DE ÁFRICA

Editor: Dr. Joseph Siegle
Telephone: + 1 202 685-6808
Email: SiegleJ@ndu.edu

O Centro de Estudos Estratégicos de África apoia o desenvolvimento de políticas estratégicas dos EUA que visam a África, oferecendo programas académicos de alta qualidade e relevantes, fomentando a consciencialização e o diálogo sobre as prioridades estratégicas dos EUA e assuntos relacionados com segurança em África, criando redes de líderes militares e civis africanos, americanos, europeus e internacionais, assistindo as autoridades dos EUA na formulação de políticas eficazes para África e articulando as perspectivas africanas a autoridades dos EUA.



O Resumo de Segurança de África apresenta pesquisa e análise de especialistas do CEEA e eruditos, com o objectivo de avançar a compreensão das questões de segurança Africanas. As opiniões, conclusões e recomendações expressas ou implícitas são dos contribuintes e não refletem necessariamente a opinião do Departamento de Defesa dos Estados Unidos ou qualquer outro órgão do Governo Federal. Para mais informações sobre o CEEA, visite o Web site <http://www.africacenter.org>.

AFRICA CENTER FOR STRATEGIC STUDIES



<http://www.africacenter.org>

ISSN 2164-4039

